



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **15 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 12 de dezembro de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO ICMS: unificação vai ao Congresso semana que vem VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO Congresso aprova relatório da MP 579 VEICULAÇÃO NACIONAL	2
VALOR ECONÔMICO CAE do Senado aprova atualização de lei das ZPEs VEICULAÇÃO NACIONAL	3
VALOR ECONÔMICO Dilma prepara MP para mudar ICMS e indexador das dívidas dos Estados VEICULAÇÃO NACIONAL	5
VALOR ECONÔMICO Fundos e dívidas atreladas à Selic compensam novo ICMS VEICULAÇÃO NACIONAL	7
VALOR ECONÔMICO CAE do Senado aprova atualização de lei das ZPEs VEICULAÇÃO NACIONAL	9
VALOR ECONÔMICO Dilma prepara MP para mudar ICMS e indexador das dívidas dos Estados VEICULAÇÃO NACIONAL	11
VALOR ECONÔMICO Governadores pedem fim de perdas VEICULAÇÃO NACIONAL	13
O GLOBO Ecos do mensalão - Dilma reage a Marcos Valério e defende Lula VEICULAÇÃO NACIONAL	14
O GLOBO Contra crise, Dilma sugere incentivos ao crescimento VEICULAÇÃO NACIONAL	16
O GLOBO Governo arcará com R\$ 3 bi para garantir desconto na energia VEICULAÇÃO NACIONAL	17
AGÊNCIA ESTADO Senado aprova projeto que altera Zonas de Exportação VEICULAÇÃO NACIONAL	18
ESTADAO.COM O alerta da revista 'The Economist' VEICULAÇÃO NACIONAL	19
BRASIL ECONÔMICO Estados menores rejeitam plano para acabar com a guerra fiscal VEICULAÇÃO NACIONAL	21
BRASIL ECONÔMICO Novas regras para fundo de recebíveis VEICULAÇÃO NACIONAL	22

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO ICMS: unificação vai ao Congresso semana que vem		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Contra guerra fiscal, governo enviará MP e projeto que mudam pacto federativo e correção de dívidas estaduais

Cristiane Bonfanti

cristiane.bonfanti@bsb.oglobo.com.br

Gabriela Valente

valente@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA O secretário-executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa, informou ontem que o governo enviará na semana que vem uma medida provisória e um projeto de resolução ao Congresso com temas decisivos para a reconstrução do pacto federativo. Além de unificar o **ICMS** interestadual em 4% e tentar acabar com a guerra fiscal, o governo mudará o indexador que corrige as dívidas dos estados com a União.

Barbosa deixou claro que o governo não vai recuar diante da resistência dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste em aceitar uma alíquota única para o Imposto

sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) interestadual. Esses estados querem substituir as alíquotas atuais, que variam de 7% a 12%, por 4% e 7%, respectivamente.

- Vamos reavaliar, mas em todas as discussões temos afirmado que é **importante** chegar a uma alíquota igual de 4% - afirmou o secretário, que reiterou o pedido para que o acordo político no Congresso inclua a proposta já apresentada pela União no que diz respeito aos royalties do petróleo.

A proposta dos estados mais pobres para o **ICMS** interestadual foi apresentada ontem numa reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários de Fazenda de todas as unidades da Federação, mas nesse fórum não houve acordo.

O governo insiste que, para que se coloque um ponto final na competição desleal entre os estados, deverá ser estabelecida uma alíquota única num prazo de oito anos. A ideia é que a transição comece em janeiro de 2014.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Congresso aprova relatório da MP 579		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Medida Provisória prorroga as concessões do setor elétrico; agora, o texto segue para votação em plenário

ANNE WARTH , TANIA MONTEIRO / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O relatório da Medida Provisória 579, que prorroga as concessões do setor elétrico, foi aprovado na comissão especial mista do Congresso praticamente sem alterações, apesar dos protestos de deputados e senadores da oposição. Inicialmente, o relator da MP, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), havia proposto a reabertura do prazo para que as empresas que não aderiram ao pacote pudessem rever sua decisão, mas, depois, recuou e retirou essa alteração. Agora, o texto segue para votação nos plenários da Câmara e do Senado. O governo quer aprová-lo até o fim do mês.

Em seu parecer, o senador havia sugerido mais 30 dias, após a promulgação do projeto de lei de conversão da MP, para que as concessionárias que não renovaram os contratos tivessem uma nova chance para aceitar a prorrogação. Porém, as tarifas, receitas e indenizações seriam as mesmas já apresentadas pelo governo. "É uma espécie de cláusula de arrependimento", disse Renan.

Após a apresentação do texto pela manhã, o presidente da comissão, deputado Jilmar Tatto (PT-SP), decidiu colocá-lo em votação à tarde. A oposição reclamou contra o que chamou de "rolo compressor" do governo e pediu mais um dia para analisar o parecer de Calheiros. Em vão. Um desses requerimentos foi derrotado por 22 votos a 4 na comissão.

Diante desse cenário favorável ao governo, Calheiros decidiu voltar atrás e retirar o novo prazo para adesão das concessionárias.

Nos bastidores, a informação era de que essa mudança facilitaria a aprovação do parecer na comissão e no plenário. Não havia qualquer sinalização de que as empresas recuariam e aceitariam o pacote. Além disso, a presidente Dilma Rousseff não concordava com essa alteração.

Se fosse preciso, bastava que Dilma a vetasse.

Ao justificar a decisão, Calheiros disse que os parlamentares questionaram a validade dos contratos que já foram assinados por geradoras e transmissoras no dia 4 de dezembro. "Era para aclarar. Não poderia ser uma oferta para aumentar o campo da dúvida e da insegurança jurídica", afirmou Calheiros. "Não era para mexer em contratos e ferir a essência da MP. Se começava a haver essa dúvida, é claro que a alteração deixava de servir, e por isso foi suprimida." O texto aprovado também reduziu a alíquota da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), de 0,5% para 0,4%. Esse encargo setorial financia a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Segundo Calheiros, R\$ 100 milhões devem deixar de ser arrecadados por ano. O documento prevê que esses recursos devem ser revertidos em prol da modicidade tarifária.

Outra mudança prevista no relatório é a da venda de excedentes de energia pelos consumidores livres e a inclusão das permissionárias, antigas cooperativas de eletrificação, entre as que vão receber cotas de energia mais barata. O parecer também incorporou o estabelecimento de indenização para os ativos de transmissão anteriores a 2000, já prevista na MP 591, e incluiu a energia solar como uma das fontes incentivadas que podem receber recursos da Conta de **Desenvolvimento** Energético (CDE).

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO CAE do Senado aprova atualização de lei das ZPEs		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou, por 12 votos favoráveis a 4, o projeto de lei que amplia o percentual de produção que as empresas instaladas em Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) podem comercializar dentro do país (dos 20% previstos na legislação em vigor para 40%, podendo chegar a 50%, no caso de atividades de software ou de prestação de serviços de Tecnologia de Informação).

A votação foi em caráter terminativo, ou seja, irá direto à Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para ir a plenário do Senado. A proposta altera a Lei 11.508, de 20 de julho de 2007.

A proposta é de autoria da senadora Lídice da Mata (PSB-BA) e o relator foi o senador Jorge Viana (PT-AC), mas a concepção é da Associação Brasileira de ZPEs (Abrazpe). Foram feitas várias alterações na legislação que trata do regime tributário, cambial e administrativa das ZPEs.

Segundo o presidente da Abrazpe, Helson Braga, as mudanças efetuadas na legislação são essenciais para implementar o mecanismo das ZPEs e tornar o programa mais competitivo, face à estagnação da economia mundial, com perspectiva de continuar assim por bastante tempo.

As ZPEs, distritos comerciais com tratamento fiscal, cambial e tributário diferenciado, foram criadas na época do governo José Sarney (PMDB-AP), mas não saíram do papel. No governo Luiz Inácio Lula da Silva, a legislação foi atualizada e, desde então, novas áreas foram criadas. Nenhuma ainda está em pleno funcionamento. A mais adiantada é a do Acre, já inaugurada.

O percentual obrigatório de 80% para exportação exigido hoje das indústrias instaladas nesses distritos é inviável, diz Braga. Para Lídice, a mudança na lei tornará o programa das ZPEs mais ágil e competitivo, para ter mais condições de estimular o investimento, a criação de emprego e o aumento do valor agregado de nossas exportações e a correção de desequilíbrios regionais.

Entre as razões para a redução do percentual mínimo de exportação, uma delas é o fato de estimativas da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) apontarem

que, dos oito mil exportadores de manufaturados, apenas 500 faturam mais de 60% com as vendas externas.

A redução do coeficiente de exportações trará mais empresas para a atividade exportadora, diz Viana. O relator lembra que a proposta de aumentar o percentual de vendas no mercado interno para 40% foi defendida pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMtel, que preside o Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação, e pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, também integrante do Conselho.

Jorge Viana propôs em seu substitutivo, que foi aprovado, gradualidade para a redução de 80% para 60% no caso de mercadorias e para 50% no caso de serviços de informática, para as ZPEs localizadas no Norte e no Nordeste, de tal forma que o cumprimento integral do compromisso seja exigido somente a partir do terceiro ano.

O projeto também exclui a expressão nas regiões menos desenvolvidas para a instalação de ZPE e inclui o termo e serviços entre os setores que podem ter indústria instalada nesses distritos. No Brasil os setores de desenvolvimento de software e de prestação de serviços de Tecnologia da Informação (TI) poderão receber grande e decisivo impulso com a possibilidade de serem desenvolvidos aproveitando os incentivos proporcionados pelas ZPEs, diz o relator.

Outra modificação foi feita na lei impede que as ZPEs caduquem quando não iniciarem as obras de construção no prazo de 24 meses, a contar da publicação do decreto de sua criação.

Uma mudança importante especialmente para as empresas de grande porte, como usinas siderúrgicas, é que as titulares de projetos aprovados para implantação em ZPE poderão importar ou adquirir bens de capital no mercado interno, com os benefícios do regime, antes que ocorra o alfandegamento da área da ZPE.

As empresas instaladas em ZPE poderão, ainda, exportar produtos nacionais, sem necessidade de saída do território brasileiro, quando destinados a empresa sediada no exterior. Segundo a autora, o objetivo é viabilizar a produção de equipamentos e módulos para serem instalados em navios ou plataformas.

O projeto também garante exatos 20 anos para que as empresas tenham tratamento diferenciado. Pela legislação atual, é até 20 anos, ou seja, pode ser reduzido.

Jorge Viana diz que, embora com nomes diferentes, o instituto da ZPE é utilizado em vários países do mundo, inicialmente adotadas pelos países em **desenvolvimento** para atrair investimentos estrangeiros e para aumentar e diversificar as **exportações**.

O relator também fez outra alteração. Permite que a **exportação** possa ser viabilizada através de tradings. Isso é

particularmente **importante** para as empresas menores e para aquelas sem tradição no **mercado** externo, diz Viana.

Por fim, o relator revogou o artigo que veda a concessão de outros incentivos ou benefícios não expressamente previstos na lei alterada. Julgamos que cada caso deve ser estudado isoladamente e, se for a hipótese de vedação, que ela seja tratada na legislação específica de cada incentivo. A pura e simples proibição prévia é irracional, discriminatória e perigosa para o êxito das ZPEs, afirma. (RU)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma prepara MP para mudar <u>ICMS</u> e indexador das dívidas dos Estados		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Barbosa: "O Brasil não tem um abismo fiscal como os Estados Unidos, mas temos um barranquinho tributário"

Ribamar Oliveira, Edna Simão e Eduardo Campos

De Brasília

A presidente Dilma Rousseff vai assinar, na próxima semana, medida provisória que inicia a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e muda o indexador das dívidas renegociadas por Estados e municípios com a União. A partir de janeiro do próximo ano, as dívidas serão corrigidas pela Selic (a taxa básica de juros da economia) até o limite do IPCA mais 4% ao ano.

Os secretários estaduais de Fazenda, reunidos ontem em Brasília no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), pediram que o limite fosse fixado em IPCA mais 2% ao ano. O governo ficou de estudar, mas indicou que poderá não aceitar, pois os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional com prazo de 20 anos ainda estão sendo remunerados pelo IPCA mais 4% ao ano. Portanto, fixar um limite abaixo desse patamar implicaria em concessão de subsídios por parte da União.

Mesmo sem acordo entre os Estados sobre vários pontos da reforma do ICMS, a MP criará o Fundo de Compensação de Receitas (FCR), que minimizará as perdas dos Estados com a unificação das alíquotas estaduais do tributo, e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que substituirá os atuais incentivos dados pelos no âmbito da guerra fiscal.

Os dois fundos somente entrarão em vigor quando as outras medidas da reforma do ICMS forem aprovadas pelo Congresso. Uma delas é a unificação das alíquotas interestaduais do tributo de 12% e 7% em 4%, no prazo de 8 anos. Para isso, o governo encaminhará ao Senado, também na próxima semana, uma proposta de resolução fixando a nova alíquota. Não há, no entanto, consenso entre os Estados sobre a alíquota ou o prazo de transição.

O governo e os Estados do Sul e Sudeste defendem a unificação da alíquota em 4%, mas os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste são contrários e querem manter duas alíquotas: uma de 7% que será utilizada nas transações dos Estados dessas três regiões com os Estados das outras duas

regiões e a de 4%, nas transações dos Estados do Sul e do Sudeste com os Estados das outras três regiões.

Nesta proposta, a alíquota interestadual de 4% também seria utilizada nas operações entre os Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (entre eles) e entre os Estados das regiões Sul e Sudeste (entre eles). Acabar com a alíquota diferenciada significa acabar com a vantagem comparativa que nós temos atualmente, disse o secretário de Fazenda do Ceará, Mauro Benevides Filho. Vários empresários já nos disseram que se a alíquota for unificada em 4%, eles fecham suas fábricas em nossos Estados e vão para o Sul e Sudeste, reforçou o secretário de Fazenda do Mato Grosso do Sul, Jader Julianelli.

O governo poderá encaminhar também ao Congresso, na próxima semana, um projeto de lei complementar para convalidar os incentivos fiscais concedidos durante a guerra fiscal entre os Estados. A convalidação prevê a remissão e anistia aos incentivos fiscais ou financeiros concedidos em desacordo com a Constituição e a fixação de prazo para a continuidade de fruição dos benefícios validados.

Os chamados incentivos ligados ao comércio serão cancelados imediatamente, segundo informou o ministro interino da Fazenda, Nelson Barbosa. Os incentivos a projetos industriais terão seus prazos contratuais respeitados. Os novos incentivos serão proibidos e o Estado que fizer guerra fiscal, depois da reforma do ICMS, não terá acesso ao Fundo de compensação de receitas e nem ao fundo de desenvolvimento regional, explicou Barbosa.

As informações sobre a reforma do ICMS foram prestadas pelo ministro interino da Fazenda, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que contou com a presença de quase todos os secretários estaduais de Fazenda. A audiência pública ocorreu depois da reunião do Confaz. Ao defender a reforma, Barbosa disse que o efeito prático da guerra fiscal hoje é nulo, pois o Estado que se sente prejudicado está glosando os créditos concedidos pelos outros Estados. Para ele, é preciso resolver esse problema pois a incerteza jurídica dessa situação está prejudicando os investimentos no país. O Brasil não tem

um abismo fiscal como os Estados Unidos, mas temos um barranquinho tributário.

Os Estados divergiram também do governo a respeito do montante dos recursos do Fundo de **Desenvolvimento Regional**. A proposta do **Ministério** da Fazenda é colocar R\$ 172 bilhões no FDR para serem transferidos aos Estados, ao longo de 16 anos, a partir de janeiro de 2014, que marcará o início da transição. De 2018 até 2029, esse fundo transferirá R\$ 12 bilhões por ano, sendo a maior parte em financiamentos a empresas e somente uma parcela em recursos do Orçamento da União.

Os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste querem elevar os recursos do FDR para R\$ 20 bilhões por ano, sendo R\$ 5 bilhões de recursos do Orçamento da União. Desejam também que o valor da compensação anual seja fixado em percentual da receita da União pois temem que, ao longo do

tempo, o **Governo Federal** mude de ideia e altere o valor transferido. Não pode acontecer a mesma coisa que ocorreu com a Lei Kandir, disse o secretário Benevides Filho, numa referência à lei que eliminou o **ICMS** das **exportações** de produtos agropecuários e semi-elaborados. Os Estados se queixam que a compensação à Lei Kandir minguou ao longo do tempo.

Indexação

ICMS

Selic

IPCA

Juros

PEC

FDR

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Fundos e dívidas atreladas à Selic compensam novo ICMS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A partir de janeiro, as dívidas de Estados e municípios com a União serão corrigidas pela Selic até o limite do IPCA mais 4% ao ano. A presidente Dilma Rousseff vai assinar medida provisória na próxima semana para dar início à reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e mudar o indexador das dívidas renegociadas.

Os secretários estaduais de Fazenda pediram ontem, em Brasília, que o limite fosse fixado em IPCA mais 2% ao ano. O governo ficou de estudar o pedido, mas indicou que não o aceitará, por considerar que esse teto é muito baixo tendo em vista o que o Tesouro paga hoje. Os títulos emitidos pelo Tesouro com prazo de 20 anos remuneram os investidores com IPCA mais 4% ao ano.

Dilma prepara MP para mudar ICMS e indexador das dívidas dos Estados

Por Ribamar Oliveira, Edna Simão e Eduardo Campos | De Brasília

A presidente Dilma Rousseff vai assinar, na próxima semana, medida provisória que inicia a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e muda o indexador das dívidas renegociadas por Estados e municípios com a União. A partir de janeiro do próximo ano, as dívidas serão corrigidas pela Selic (a taxa básica de juros da economia) até o limite do IPCA mais 4% ao ano.

Os secretários estaduais de Fazenda, reunidos ontem em Brasília no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), pediram que o limite fosse fixado em IPCA mais 2% ao ano. O governo ficou de estudar, mas indicou que poderá não aceitar, pois os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional com prazo de 20 anos ainda estão sendo remunerados pelo IPCA mais 4% ao ano. Portanto, fixar um limite abaixo desse patamar implicaria em concessão de subsídios por parte da União.

Mesmo sem acordo entre os Estados sobre vários pontos da reforma do ICMS, a MP criará o Fundo de Compensação de Receitas (FCR), que minimizará as perdas dos Estados com a unificação das alíquotas estaduais do tributo, e o Fundo de

Desenvolvimento Regional (FDR), que substituirá os atuais incentivos dados pelos no âmbito da guerra fiscal.

Os dois fundos somente entrarão em vigor quando as outras medidas da reforma do ICMS forem aprovadas pelo Congresso. Uma delas é a unificação das alíquotas interestaduais do tributo de 12% e 7% em 4%, no prazo de 8 anos. Para isso, o governo encaminhará ao Senado, também na próxima semana, uma proposta de resolução fixando a nova alíquota. Não há, no entanto, consenso entre os Estados sobre a alíquota ou o prazo de transição.

O governo e os Estados do Sul e Sudeste defendem a unificação da alíquota em 4%, mas os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste são contrários e querem manter duas alíquotas: uma de 7% que será utilizada nas transações dos Estados dessas três regiões com os Estados das outras duas regiões e a de 4%, nas transações dos Estados do Sul e do Sudeste com os Estados das outras três regiões.

Nesta proposta, a alíquota interestadual de 4% também seria utilizada nas operações entre os Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (entre eles) e entre os Estados das regiões Sul e Sudeste (entre eles). "Acabar com a alíquota diferenciada significa acabar com a vantagem comparativa que nós temos atualmente", disse o secretário de Fazenda do Ceará, Mauro Benevides Filho. "Vários empresários já nos disseram que se a alíquota for unificada em 4%, eles fecham suas fábricas em nossos Estados e vão para o Sul e Sudeste", reforçou o secretário de Fazenda do Mato Grosso do Sul, Jader Julianelli.

O governo poderá encaminhar também ao Congresso, na próxima semana, um projeto de lei complementar para convalidar os incentivos fiscais concedidos durante a "guerra fiscal" entre os Estados. A convalidação prevê a remissão e anistia aos incentivos fiscais ou financeiros concedidos em desacordo com a Constituição e a fixação de prazo para a continuidade de fruição dos benefícios validados.

Os chamados incentivos ligados ao comércio serão cancelados imediatamente, segundo informou o ministro interino da Fazenda, Nelson Barbosa. Os incentivos a projetos industriais terão seus prazos contratuais respeitados. Os novos incentivos serão proibidos e o Estado que fizer guerra fiscal,

depois da reforma do **ICMS**, não terá acesso ao Fundo de compensação de receitas e nem ao fundo de **desenvolvimento regional**, explicou Barbosa.

As informações sobre a reforma do **ICMS** foram prestadas pelo ministro interino da Fazenda, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que contou com a presença de quase todos os secretários estaduais de Fazenda. A audiência pública ocorreu depois da reunião do Confaz. Ao defender a reforma, Barbosa disse que "o efeito prático da guerra fiscal hoje é nulo", pois o Estado que se sente prejudicado está glosando os créditos concedidos pelos outros Estados. Para ele, é preciso resolver esse problema pois a incerteza jurídica dessa situação "está prejudicando os investimentos no país". "O **Brasil** não tem um abismo fiscal como os Estados Unidos, mas temos um barranquinho tributário".

Os Estados divergiram também do governo a respeito do montante dos recursos do Fundo de **Desenvolvimento Regional**. A proposta do **Ministério** da Fazenda é colocar R\$ 172 bilhões no FDR para serem transferidos aos Estados, ao

longo de 16 anos, a partir de janeiro de 2014, que marcará o início da transição. De 2018 até 2029, esse fundo transferirá R\$ 12 bilhões por ano, sendo a maior parte em financiamentos a empresas e somente uma parcela em recursos do Orçamento da União.

Os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste querem elevar os recursos do FDR para R\$ 20 bilhões por ano, sendo R\$ 5 bilhões de recursos do Orçamento da União. Desejam também que o valor da compensação anual seja fixado em percentual da receita da União pois temem que, ao longo do tempo, o **Governo Federal** mude de ideia e altere o valor transferido. "Não pode acontecer a mesma coisa que ocorreu com a Lei Kandir", disse o secretário Benevides Filho, numa referência à lei que eliminou o **ICMS** das **exportações** de produtos agropecuários e semi-elaborados. Os Estados se queixam que a compensação à Lei Kandir minguou ao longo do tempo.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO CAE do Senado aprova atualização de lei das ZPEs		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

De Brasília

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou, por 12 votos favoráveis a 4, o projeto de lei que amplia o percentual de produção que as empresas instaladas em Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) podem comercializar dentro do país (dos 20% previstos na legislação em vigor para 40%, podendo chegar a 50%, no caso de atividades de software ou de prestação de serviços de Tecnologia de Informação).

A votação foi em caráter terminativo, ou seja, irá direto à Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para ir a plenário do Senado. A proposta altera a Lei 11.508, de 20 de julho de 2007.

A proposta é de autoria da senadora Lídice da Mata (PSB-BA) e o relator foi o senador Jorge Viana (PT-AC), mas a concepção é da Associação Brasileira de ZPEs (Abrazpe). Foram feitas várias alterações na legislação que trata do regime tributário, cambial e administrativa das ZPEs.

Segundo o presidente da Abrazpe, Helson Braga, as mudanças efetuadas na legislação são essenciais para implementar o mecanismo das ZPEs e "tornar o programa mais competitivo, face à estagnação da economia mundial, com perspectiva de continuar assim por bastante tempo".

As ZPEs, distritos comerciais com tratamento fiscal, cambial e tributário diferenciado, foram criadas na época do governo José Sarney (PMDB-AP), mas não saíram do papel. No governo Luiz Inácio Lula da Silva, a legislação foi atualizada e, desde então, novas áreas foram criadas. Nenhuma ainda está em pleno funcionamento. A mais adiantada é a do Acre, já inaugurada.

O percentual obrigatório de 80% para exportação exigido hoje das indústrias instaladas nesses distritos é "inviável", diz Braga. Para Lídice, a mudança na lei tornará o programa das ZPEs "mais ágil e competitivo", para ter mais condições de estimular o investimento, a criação de emprego e o aumento do valor agregado de nossas exportações e a correção de desequilíbrios regionais.

Entre as razões para a redução do percentual mínimo de exportação, uma delas é o fato de estimativas da

Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) apontarem que, dos oito mil exportadores de manufaturados, apenas 500 faturam mais de 60% com as vendas externas.

"A redução do coeficiente de exportações trará mais empresas para a atividade exportadora", diz Viana. O relator lembra que a proposta de aumentar o percentual de vendas no mercado interno para 40% foi defendida pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMentel, que preside o Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação, e pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, também integrante do Conselho.

Jorge Viana propôs em seu substitutivo, que foi aprovado, gradualidade para a redução de 80% para 60% no caso de mercadorias e para 50% no caso de serviços de informática, para as ZPEs localizadas no Norte e no Nordeste, de tal forma que o cumprimento integral do compromisso seja exigido somente a partir do terceiro ano.

O projeto também exclui a expressão "nas regiões menos desenvolvidas" para a instalação de ZPE e inclui o termo "e serviços" entre os setores que podem ter indústria instalada nesses distritos. "No Brasil os setores de desenvolvimento de software e de prestação de serviços de Tecnologia da Informação (TI) poderão receber grande e decisivo impulso com a possibilidade de serem desenvolvidos aproveitando os incentivos proporcionados pelas ZPEs", diz o relator.

Outra modificação foi feita na lei impede que as ZPEs caduquem quando não iniciarem as obras de construção no prazo de 24 meses, a contar da publicação do decreto de sua criação.

Uma mudança importante especialmente para as empresas de grande porte, como usinas siderúrgicas, é que as titulares de projetos aprovados para implantação em ZPE poderão importar ou adquirir bens de capital no mercado interno, com os benefícios do regime, antes que ocorra o alfandeamento da área da ZPE.

As empresas instaladas em ZPE poderão, ainda, exportar produtos nacionais, sem necessidade de saída do território brasileiro, quando destinados a empresa sediada no

exterior. Segundo a autora, o objetivo é "viabilizar a **produção** de equipamentos e módulos para serem instalados em navios ou plataformas".

O projeto também garante exatos 20 anos para que as empresas tenham tratamento diferenciado. Pela legislação atual, é "até" 20 anos, ou seja, pode ser reduzido.

Jorge Viana diz que, embora com nomes diferentes, o instituto da ZPE é utilizado em vários países do mundo, inicialmente adotadas pelos países em **desenvolvimento** para atrair investimentos estrangeiros e para aumentar e diversificar as **exportações**.

O relator também fez outra alteração. Permite que a **exportação** possa ser viabilizada através de tradings. "Isso é particularmente **importante** para as empresas menores e para aquelas sem tradição no **mercado** externo", diz Viana.

Por fim, o relator revogou o artigo que veda a concessão de outros incentivos ou benefícios não expressamente previstos na lei alterada. "Julgamos que cada caso deve ser estudado isoladamente e, se for a hipótese de vedação, que ela seja tratada na legislação específica de cada incentivo. A pura e simples proibição prévia é irracional, discriminatória e perigosa para o êxito das ZPEs", afirma. (RU)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma prepara MP para mudar <u>ICMS</u> e indexador das dívidas dos Estados		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Ribamar Oliveira, Edna Simão e Eduardo Campos
| De Brasília

A presidente Dilma Rousseff vai assinar, na próxima semana, medida provisória que inicia a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e muda o indexador das dívidas renegociadas por Estados e municípios com a União. A partir de janeiro do próximo ano, as dívidas serão corrigidas pela Selic (a taxa básica de juros da economia) até o limite do IPCA mais 4% ao ano.

Os secretários estaduais de Fazenda, reunidos ontem em Brasília no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), pediram que o limite fosse fixado em IPCA mais 2% ao ano. O governo ficou de estudar, mas indicou que poderá não aceitar, pois os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional com prazo de 20 anos ainda estão sendo remunerados pelo IPCA mais 4% ao ano. Portanto, fixar um limite abaixo desse patamar implicaria em concessão de subsídios por parte da União.

Mesmo sem acordo entre os Estados sobre vários pontos da reforma do ICMS, a MP criará o Fundo de Compensação de Receitas (FCR), que minimizará as perdas dos Estados com a unificação das alíquotas estaduais do tributo, e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que substituirá os atuais incentivos dados pelos no âmbito da guerra fiscal.

Os dois fundos somente entrarão em vigor quando as outras medidas da reforma do ICMS forem aprovadas pelo Congresso. Uma delas é a unificação das alíquotas interestaduais do tributo de 12% e 7% em 4%, no prazo de 8 anos. Para isso, o governo encaminhará ao Senado, também na próxima semana, uma proposta de resolução fixando a nova alíquota. Não há, no entanto, consenso entre os Estados sobre a alíquota ou o prazo de transição.

O governo e os Estados do Sul e Sudeste defendem a unificação da alíquota em 4%, mas os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste são contrários e querem manter duas alíquotas: uma de 7% que será utilizada nas transações dos Estados dessas três regiões com os Estados das outras duas regiões e a de 4%, nas transações dos Estados do Sul e do Sudeste com os Estados das outras três regiões.

Nesta proposta, a alíquota interestadual de 4% também seria utilizada nas operações entre os Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (entre eles) e entre os Estados das regiões Sul e Sudeste (entre eles). "Acabar com a alíquota diferenciada significa acabar com a vantagem comparativa que nós temos atualmente", disse o secretário de Fazenda do Ceará, Mauro Benevides Filho. "Vários empresários já nos disseram que se a alíquota for unificada em 4%, eles fecham suas fábricas em nossos Estados e vão para o Sul e Sudeste", reforçou o secretário de Fazenda do Mato Grosso do Sul, Jader Julianelli.

O governo poderá encaminhar também ao Congresso, na próxima semana, um projeto de lei complementar para convalidar os incentivos fiscais concedidos durante a "guerra fiscal" entre os Estados. A convalidação prevê a remissão e anistia aos incentivos fiscais ou financeiros concedidos em desacordo com a Constituição e a fixação de prazo para a continuidade de fruição dos benefícios validados.

Os chamados incentivos ligados ao comércio serão cancelados imediatamente, segundo informou o ministro interino da Fazenda, Nelson Barbosa. Os incentivos a projetos industriais terão seus prazos contratuais respeitados. Os novos incentivos serão proibidos e o Estado que fizer guerra fiscal, depois da reforma do ICMS, não terá acesso ao Fundo de compensação de receitas e nem ao fundo de desenvolvimento regional, explicou Barbosa.

As informações sobre a reforma do ICMS foram prestadas pelo ministro interino da Fazenda, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que contou com a presença de quase todos os secretários estaduais de Fazenda. A audiência pública ocorreu depois da reunião do Confaz. Ao defender a reforma, Barbosa disse que "o efeito prático da guerra fiscal hoje é nulo", pois o Estado que se sente prejudicado está glosando os créditos concedidos pelos outros Estados. Para ele, é preciso resolver esse problema pois a incerteza jurídica dessa situação "está prejudicando os investimentos no país". "O Brasil não tem um abismo fiscal como os Estados Unidos, mas temos um barranquinho tributário".

Os Estados divergiram também do governo a respeito do montante dos recursos do Fundo de **Desenvolvimento Regional**. A proposta do **Ministério** da Fazenda é colocar R\$ 172 bilhões no FDR para serem transferidos aos Estados, ao longo de 16 anos, a partir de janeiro de 2014, que marcará o início da transição. De 2018 até 2029, esse fundo transferirá R\$ 12 bilhões por ano, sendo a maior parte em financiamentos a empresas e somente uma parcela em recursos do Orçamento da União.

Os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste querem elevar os recursos do FDR para R\$ 20 bilhões por ano, sendo R\$ 5 bilhões de recursos do Orçamento da União. Desejam

também que o valor da compensação anual seja fixado em percentual da receita da União pois temem que, ao longo do tempo, o **Governo Federal** mude de ideia e altere o valor transferido. "Não pode acontecer a mesma coisa que ocorreu com a Lei Kandir", disse o secretário Benevides Filho, numa referência à lei que eliminou o **ICMS** das **exportações** de produtos agropecuários e semi-elaborados. Os Estados se queixam que a compensação à Lei Kandir minguou ao longo do tempo.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Governadores pedem fim de perdas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Marli Lima | De Curitiba

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), assinou ontem, junto com outros governadores, uma carta que será entregue à presidente Dilma Rousseff, na qual pede ressarcimento pela "queda vertiginosa das transferências da União".

Segundo o tucano, é preciso compensar as perdas impostas aos Estados. "Não podemos continuar sendo punidos com essa fórmula perversa que combina cortes de receitas com transferência de responsabilidades. Temos recebido cada vez mais obrigações, mas sem meios para cumpri-las", comentou o governador, em nota distribuída pela assessoria de imprensa.

Os governadores calculam que os Estados deixaram de receber R\$ 10,7 bilhões em 2012. O Paraná reivindica o ressarcimento de R\$ 400 milhões, sendo R\$ 241,7 milhões do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Outros R\$ 158,3 milhões referem-se a queda nas transferências vinculadas ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) das **exportações** e à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Na carta, os governadores alertam para "uma expressiva e involuntária elevação de gastos decorrentes do reajuste de 22% no piso nacional da educação, conforme legislação federal, e da nova regulamentação dos gastos com saúde". Eles também elogiam a iniciativa do **Governo Federal** de tentar aquecer a economia, reduzindo impostos, para fazer frente à crise econômica mundial, mas ressaltam que não foram suficientes para manter a arrecadação.

O **Governo Federal**, por sua vez, deve encaminhar projeto de lei complementar ou proposta de emenda constitucional ao Congresso para proibir que novas despesas sejam criadas para os Estados e municípios, sem que seja especificada claramente as fontes de receitas que irão financiá-las.

Esse compromisso foi acertado ontem em reunião entre o secretário-executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa, com os secretários de Fazenda de todos os Estados, durante reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária.

O secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi, destacou que já existe previsão na constituição brasileira de que os parlamentares indiquem a fonte de receita para aumentar os gastos não só de prefeituras e governos estaduais como também da União. Porém, sempre existem brechas para que essa previsão legal seja descumprida. A ideia, segundo Calabi, é reforçar e dar mais clareza ao que está previsto na legislação.

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, realizada ontem para discutir a unificação em 4% da alíquota interestadual de **ICMS** e a troca do indexador de correção da dívida dos Estados com a União, o secretário de fazenda de Mato Grosso do Sul, Jader Julianelli, ressaltou a queda dos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Segundo ele, essa perda de receita está diretamente relacionada às desonerações promovidas pela área econômica para estimular a atividade econômica. Ele pediu que o **Governo Federal** avalie essa questão ao adotar as medidas de desoneração. O secretário de Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Hauly, complementou dizendo que os Estados estão vivendo a situação financeira mais difícil dos últimos tempos. A audiência pública na CAE também contou com a participação do secretário executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa. (RO, ES e EC)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Ecos do mensalão - Dilma reage a Marcos Valério e defende Lula		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Operador do mensalão disse ter pagado despesas do então presidente da República

Em evento em Paris, ex-presidente evitou a imprensa e afirmou apenas que não poderia "responder a mentiras"

Dilma sai em defesa de Lula

"É mentira", diz ex-presidente sobre depoimento de Valério ligando-o diretamente a esquema

Fernando Eichenberg

Correspondente

PARIS e BRASÍLIA Em sua primeira visita oficial à França, a presidenta Dilma Rousseff se viu obrigada a se pronunciar sobre as novas acusações de Marcos Valério, operador do mensalão, envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o esquema. Apesar de dizer que essa era uma questão que ela deveria responder no Brasil, Dilma saiu em defesa de seu antecessor.

- Todos sabem do meu respeito e da minha amizade pelo presidente Lula, então eu repudiei todas as tentativas, e essa não seria a primeira vez, de tentar destituí-lo da imensa carga de respeito que o povo brasileiro lhe tem - disse a presidente, ao ser questionada pela imprensa brasileira na entrevista que deu ao lado do presidente da França, François Hollande, no Palácio do Eliseu, residência oficial do presidente francês.

Ontem, o jornal "O Estado de S. Paulo" divulgou que o operador do mensalão, Marcos Valério, em depoimento prestado à Procuradoria Geral da República (PGR) em 24 de setembro deste ano, afirmou que recursos do mensalão foram usados para pagar contas pessoais do então presidente Lula. O operador do esquema disse que foram feitos dois repasses, um deles de R\$ 100 mil, para a conta da empresa de Freud Godoy, ex-assessor da Presidência da República.

Dilma ressaltou o balanço de governo de Lula, e o inocentou no escândalo do caso do mensalão.

- Eu respeito o presidente Lula porque ele foi o presidente que desenvolveu o país, e é responsável pela distribuição de renda mais expressiva dos últimos anos, pelo que fez internacionalmente, pela sua extrema amizade pela

África, pelo seu olhar para a América Latina, e pelo estabelecimento de relações iguais com os países desenvolvidos do mundo. Eu não poderia deixar de assinalar que eu considero lamentáveis essas tentativas de desgastar a imagem do presidente Lula. Acho lamentável - encerrou Dilma, que logo em seguida foi aplaudida por integrantes de sua comitiva presentes na sala.

Após a fala da colega, o presidente François Hollande também quis se manifestar sobre o ex-presidente, sem entrar em detalhes sobre a política interna brasileira:

- Lula tem na França uma imagem considerável. Ele constantemente defendeu os princípios de justiça e de solidariedade, ao mesmo tempo garantindo ao Brasil um **desenvolvimento** econômico excepcional. Aqui o presidente Lula é uma referência - disse.

Lula também estava em Paris, mas, visivelmente contrariado com a situação, recusou-se a falar com jornalistas ao deixar seu hotel, no início da tarde, para se dirigir ao Centro de Conferência Ministerial, onde assistiu à abertura do Fórum pelo Progresso Social, que teve discursos pronunciados por Dilma e Hollande. Ele também evitou a imprensa durante o evento, organizado em conjunto pelo Instituto Lula e pela Fundação Jean-Jaurès, ligada ao Partido Socialista (PS). Sua única declaração foi dada à TV Globo.

- Não posso acreditar em mentiras. Não posso responder mentiras - disse, recusando-se a responder quaisquer outras perguntas.

Valério diz que Lula deu aval a empréstimos ao PT

Além de afirmar no depoimento à PGR que Lula teve despesa pessoais pagas por recursos do esquema, Valério, segundo o "Estado de S. Paulo", mencionou que uma reunião foi realizada no segundo andar do Palácio do Planalto, no começo de 2003, em que estavam presentes o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, e o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

O encontro serviu para acertar que Valério contrataria empréstimos com bancos para financiar o mensalão, segundo o depoimento à PGR. Após a reunião, os três teriam subido por uma escada até o gabinete do presidente Lula. O encontro

durou três minutos e serviu para Lula dar o "ok" à transação com os bancos, de acordo com o depoimento de Valério.

O operador do mensalão também denunciou um suposto acordo de Lula com a Portugal Telecom para financiamento em R\$ 7 milhões do caixa do PT. O então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, teria participado da negociação. O dinheiro foi depositado na conta de publicitários que prestaram serviços para campanhas de candidatos do partido, conforme o depoimento à PGR.

Valério relatou ainda uma suposta ameaça de morte feita por Paulo Okamoto, amigo do ex-presidente e diretor do Instituto Lula. "Tem gente no PT que acha que a gente devia matar você. Ou você se comporta, ou você morre", teria dito Okamoto.

No mesmo depoimento, o operador do mensalão disse que o PT paga a conta dos R\$ 4 milhões cobrados pelos advogados de Valério para defendê-lo no processo em curso

no Supremo Tribunal Federal (STF). O pagamento, segundo o depoente, é uma contrapartida aos serviços prestados ao partido no esquema do mensalão.

O prefeito de São Bernardo do Campo (SP), Luiz Marinho, também foi citado por Valério como intermediário de uma medida provisória que favoreceu o Banco BMG no programa de crédito consignado a aposentados. Coube a Marinho negociar a edição da medida quando era presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 2003, segundo o depoimento prestado à PGR.

Ainda de acordo com Valério, ele teria sido procurado pelo PT para que providenciasse R\$ 6 milhões, dinheiro que serviria para o fim de supostas chantagens contra Lula no caso do assassinato do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel (PT). Valério citou também repasses à campanha do senador Humberto Costa (PT-PE) ao governo de Pernambuco, em 2002. O valor depositado, segundo Valério, foi de R\$ 512.337.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Contra crise, Dilma sugere incentivos ao crescimento		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Em Paris, presidente diz que Brasil faz sua parte no combate à turbulência

PARIS A presidente Dilma Rousseff defendeu ontem a combinação de medidas de austeridade fiscal e de incentivo ao crescimento econômico como receita para superar a atual crise econômica global.

- A responsabilidade fiscal é tão necessária quanto são imprescindíveis as medidas de estímulo ao crescimento - disse a presidente durante discurso no "Fórum pelo progresso social: o crescimento como saída da crise", organizado pelo Instituto Lula e pela Fundação Jean Jaurès, em Paris. - É muito importante a posição da França nesse momento no sentido de apresentar um caminho claro que combine os dois aspectos fundamentais.

A presidente, que está em visita oficial à França, também defendeu a criação de uma "efetiva união bancária" na zona do euro como passo fundamental para superar a crise econômica na região, e alertou que cortes radicais de gastos que gerem uma recessão econômica podem agravar a crise, em vez de resolvê-la.

- A recessão econômica e a desordem fiscal tiveram para nós consequências sociais e políticas muito graves - afirmou. - O Brasil sabe, por experiência própria, que a dívida soberana dos Estados e as dívidas financeiras dificilmente são equacionadas num cenário de recessão.

Dilma garantiu que o Brasil tem feito sua parte para combater a crise internacional e tem buscado estimular a expansão da economia, com desonerações de impostos e reduzindo a taxa básica de juros, o que, na avaliação da presidente, tem evitado uma valorização excessiva do real.

- O meu país vem fazendo a sua parte, o que nos permitiu desde o início de 2008 diminuir os efeitos da crise global - afirmou. - A nossa contribuição nos próximos meses será uma maior aceleração da economia.

A economia brasileira frustrou as expectativas do governo e do mercado ao crescer apenas 0,6% no terceiro trimestre ante o trimestre imediatamente anterior.

Críticas à guerra cambial

Dilma voltou a criticar o que chamou de "uso abusivo de políticas monetárias" por alguns países no enfrentamento da crise e reiterou a posição brasileira nas discussões globais sobre as mudanças climáticas e a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU).

- Queremos ampliar o multilateralismo. Hoje há no Conselho de Segurança da ONU um grande desequilíbrio, uma vez que países que emergiram estão sub-representados.

Dilma aproveitou o discurso em Paris para defender utilização dos royalties do petróleo em educação, como forma de garantir o crescimento sustentável do país.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo arcará com R\$ 3 bi para garantir desconto na energia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Após elétricas decidirem não aderir às novas regras, Tesouro banca os 20%

Danilo Fariello

danilo.fariello@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA O Tesouro Nacional terá que destinar mais R\$ 3 bilhões ao setor elétrico para assegurar a queda média de 20,2% na tarifa de energia, prometida pela presidente Dilma Rousseff, após a decisão de Cesp, Cemig e Copel de não renovarem integralmente suas concessões nos parâmetros da medida provisória (MP) 579. Ontem, depois de o relator Renan Calheiros (PMDB-AL) abrir a possibilidade de reabrir o prazo para adesão das concessionárias, via emenda à MP, a presidente ligou para os líderes do governo no Congresso rejeitando essa hipótese. Com isso, o relatório foi aprovado sem extensão do prazo, evitando que as empresas controladas por governos do PSDB, em São Paulo e Minas Gerais, voltassem atrás e aderissem à MP, o que poderia enfraquecer o argumento político do **Governo Federal** de que o partido de oposição foi contra a redução das tarifas.

Renan chegou a chamar a emenda que reabriria o prazo de "cláusula de arrependimento", para que as empresas pudessem reavaliar sua decisão. Depois, diante das manifestações contrárias, disse que o novo prazo poderia ampliar a insegurança jurídica do texto. No dia 4, geradoras com potência equivalente a 15 mil megawatts (MW), do total de 25 mil MW atingidos pela MP, fizeram a adesão. Do total que ficou de fora, Cemig e Cesp respondem por cerca de 90%. Na semana passada, a presidente Dilma disse que faltara "sensibilidade" das empresas ao apelo de redução da tarifa.

- Quero lamentar que tenha faltado sensibilidade do governo do PT ao longo de dez anos de não diminuir os dez encargos da conta de energia - rebateu ontem, na comissão mista, o senador Aécio Neves (PSDB-MG).

Sem o aporte do Tesouro ou a adesão das grandes empresas, a queda da energia seria de apenas 16,7%, a partir de fevereiro. Para o governo, esse custo de R\$ 3 bilhões a ser desembolsado até 2015 - prazo em que as concessões das empresas acabarão e novas licitações poderão incorporar

a essas usinas a queda das tarifas - é relativamente pequeno diante da possibilidade de culpar os governos do PSDB de não colaborarem com a queda das tarifas.

A avaliação é que esse desembolso poderá ser em grande parte compensado, do ponto de vista fiscal, pela aceleração da economia resultante da redução maior das tarifas de energia, por estimular a indústria nacional e, por consequência, a arrecadação federal. Além disso, a manutenção da queda prevista aponta para uma contenção de cerca de 1,5 ponto percentual no IPCA em 2013, ajudando o governo a atingir a meta de inflação de 4,5%.

- A queda das tarifas proporcionará a redução de pressões inflacionárias em 2013 - lembrou Renan ao ler o seu relatório ontem.

O texto deverá ser apreciado hoje pelo plenário da Câmara dos Deputados e, na expectativa de lideranças do governo, é possível que, já na próxima semana, a última antes do recesso de fim de ano, seja aprovado no Senado.

O relatório que foi aprovado ontem preservou a essência daquilo que foi proposto pela presidente Dilma, mas acabou sofrendo acréscimo de 50 emendas que trazem benefícios ao setor elétrico em geral. Entre as emendas, está a possibilidade de renegociação de excedentes de energia por consumidores livres.

Esse era um pleito das grandes indústrias há diversos anos, que o **Ministério** de Minas e Energia chegou a colocar em consulta pública, mas nunca regulamentou de fato. Por essa regra, as indústrias agora podem contratar mais energia do que utilizarão e renegociar posteriormente essas sobras no **mercado** livre, reduzindo os riscos das contratações de longo prazo. Outra emenda reduziu a alíquota da Tarifa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica de 0,5% para 0,4% da conta de energia. Além disso, o texto prevê que a parte da tarifa que não for usada para pagar os custos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) seja devolvida às empresas do setor.

	VEÍCULO AGÊNCIA ESTADO	EDITORIA	
	TÍTULO Senado aprova projeto que altera Zonas de <u>Exportação</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou nesta terça-feira (11) o projeto de lei que altera as regras para instalação de empresas em Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). A maioria dos senadores apoiou o parecer do senador Jorge Viana (PT-AC), que, entre as principais mudanças, propôs a possibilidade de que até 40% do que for produzido nas ZPEs sejam para o mercado interno. A matéria seguirá diretamente para apreciação da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso de senadores para votar o projeto no plenário.

Pela legislação atual, as empresas que funcionam nessas zonas podem vender dentro do País apenas 20% da produção - os outros 80% são obrigatoriamente destinados à exportação. O substitutivo de Viana alterou esses percentuais para, respectivamente, 40% e 60%. Esses índices podem ser revistos, segundo o projeto, por decisão do conselho de ministros da ZPEs.

Outra inovação do relator foi permitir a instalação de empresas de serviços nas ZPEs, beneficiando empresas de logística, tecnologia de informação, software. "Podemos ter uma sinergia com essas empresas de serviços", afirmou Jorge Viana. "O Brasil precisa sair dessa situação de querer ser líder no mundo, mas de ficar impedido de competir, principalmente com países asiáticos", completou ele, ao destacar que a proposta também tem por objetivo diminuir as desigualdades regionais dentro do País.

Pelo texto aprovado, todas as empresas instaladas em ZPEs que vendam para o mercado interno não contarão com qualquer tipo de isenção de impostos e tributos. Outra mudança foi quanto ao prazo de funcionamento das empresas sob as condições especiais da ZPE. Pelas regras atuais, ela é de até 20 anos, prorrogáveis por igual período. Pelo texto aprovado, ela é de exatamente 20 anos, com prorrogação.

Durante os debates, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) fez um duro discurso contra a proposta. Para o tucano, a ideia das ZPEs é "ultrapassada", uma vez que hoje há indústrias no país "minimamente integradas". Segundo ele, o motivo da desintegração do setor nacional decorre do elevado custo de produção. "O benefício das ZPEs é um lado da moeda, mas o outro é o custo Brasil", criticou, ao classificar a proposta de "protecionismo às avessas". Na votação, o substitutivo de Jorge Viana obteve 12 votos favoráveis e quatro contrários, dentre eles de Aloysio Nunes Ferreira.

As ZPEs, distritos industriais que atuam com isenção de impostos, foram criadas por lei ainda no governo Lula. Recentemente, uma dessas zonas foi inaugurada no Acre, Estado do relator da matéria na comissão. Segundo Jorge Viana, há mais de 3.500 zonas desse tipo espalhadas em 130 países.

	VEÍCULO ESTADAO.COM	EDITORIA	
	TÍTULO O alerta da revista 'The Economist'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Os brios nacionalistas saltaram à flor da pele da presidente Dilma Rousseff e da petralhada no poder ao ensejo do alerta da revista inglesa The Economist acerca da confiabilidade da economia brasileira, na sexta-feira, 7 de dezembro. A recomendação da revista para que a presidente demitisse o ministro da Fazenda, Guido Mantega, pelo fato de ele não saber gerir a economia brasileira, que foi qualificada de "moribunda", não foi propriamente uma ofensa à nossa dignidade nacional. Foi mais um alerta dos mercados internacionais quanto à capacidade do Brasil de atrair investimentos em épocas de turbulência global e vacas magras financeiras. Ora, o que os jornalistas da conceituada revista queriam destacar era, a meu ver, o significado do péssimo gerenciamento da nossa economia, entravada por um intervencionismo governamental asfixiante que tolhe investimentos, afugenta inversionistas e assinala que voltamos aos tempos da insegurança jurídica generalizada.

Nas condições em que se encontra a nossa "moribunda" economia, não vale a pena investir no Brasil. Além das razões apontadas, destaques estas outras, que, sem dúvida, devem ter sido levadas em consideração pelos observadores internacionais.

Em primeiro lugar, a corrupção generalizada desatada pelos "companheiros" no poder, tanto no episódio do mensalão quanto no mais recente affaire desvendado pela Operação Porto Seguro, que compromete de novo figuras da alta cúpula petista, a começar pelo ex-presidente Lula.

Em segundo lugar, deve ser lembrada a baixíssima competitividade com que o Brasil se apresenta perante as agências internacionais de classificação, em decorrência da elevadíssima carga tributária e da desindustrialização do País.

Em terceiro lugar, a situação precária da nossa infraestrutura aeroportuária, portuária e de rodovias.

Em quarto lugar, os baixíssimos índices de qualidade da nossa educação, com as consequências seriíssimas que daí decorrem para o desenvolvimento econômico.

Em quinto lugar, o péssimo gerenciamento da Petrobrás em face da política de preços dos combustíveis, que está

descapitalizando a empresa (que caiu, nas mãos petistas, numa espécie de síndrome mexicana para pagar o populismo de plantão).

Em sexto lugar, o aparelhamento, pela petralhada, de outrora confiáveis agências de pesquisa, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que passaram a dizer o que o governo quer, não o que de fato acontece na realidade econômica brasileira. Essa mazela deve somar-se aos contínuos ataques do partido no poder contra a liberdade de imprensa, com militantes ameaçando com a estatização pura e simples do setor, numa maluca política de gerenciamento social da informação.

Em sétimo lugar, a desastrada mania intervencionista do governo - que está atrapalhando o funcionamento da iniciativa privada -, notadamente nos bancos e nas empresas de energia, que são "convidados" a vender serviços a preços abaixo do seu custo.

Por último, o desastre que é a nossa infraestrutura de saúde pública e de segurança, que afasta investidores e aumenta os gastos com internamentos hospitalares e mortes de cidadãos.

De nada valem os arroubos nacionalistas da chefe do Executivo para dar resposta a essa preocupação dos mercados. Contrariamente ao que o bom senso assinala, em lugar de escutar o alerta dos que conhecem a atual conjuntura econômica mundial, o governo prefere fazer eco à tresloucada reação dos populismos que o cercam - efetivamente, os presidentes Hugo Chávez, da Venezuela, e Cristina Kirchner, da Argentina, teriam dito, em termos de resposta à mídia, mais ou menos as mesmas palavras de Dilma. Não faremos nada do que os observadores internacionais aconselham. Em compensação, revitalizaremos os laços político-ideológicos do Mercosul, em torno de um populismo econômico que traz inflação e afugenta investidores.

Populistas da América Latina, uni-vos! - essa é a nova palavra de ordem revolucionária.

São tempos, no continente sul-americano, de populismo, que constitui a variante mais recente do patrimonialismo entre

nós. Ora, este consiste na gestão do Estado como se fosse propriedade particular de quem governa. São favorecidos regularmente os membros do partido governante e os aliados, com benesses pagas com o dinheiro público. Essa é a essência do mensalão e das demais falcatruas que são desvendadas, dia após dia, pela imprensa.

Duas forças operacionais põem em funcionamento os donos do poder para nele se perpetuarem. Em primeiro lugar, a deformação das contratações de serviços prestados pelas empresas privadas ao Estado, mediante favorecimento às que se submetem a pagar o "ganho" extorsivo dos que mandam, fixado no balcão de negócios das licitações. Em segundo, o prêmio pago pelo Executivo aos parlamentares que se acomodam à gestão patrimonialista da máquina pública,

mediante emendas parlamentares. Duas práticas velhas, mas que o PT aprimorou e universalizou, espantando a má consciência e o remorso que antes acompanhavam as operações dos corruptos.

Lula e companhia simplesmente conseguiram ficar de cabeça erguida, mesmo quando mergulhada no lodo, gabando-se de que iluminarão com mais postes a escuridão brasileira. Tudo porque roubam em nome do povo. A política tornou-se guichê de corrupção, de lavagem de dinheiro, de roubalheira ao Tesouro da Nação. O PT conseguiu fazer a "revolução cultural" gramsciana, que consiste em erguer, como único ator válido, o Novo Príncipe, o Partido e a sua coorte de sátrapas e protegidos.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Estados menores rejeitam plano para acabar com a guerra fiscal		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Diante das propostas apresentadas pelo secretário executivo da Fazenda, Nelson Barbosa, as unidades do Norte/Nordeste e do Centro-Oeste não aceitaram a alíquota única de 4% do ICMS e uma fatia maior do FPE para os estados mais populosos

Estados menores reclamam de propostas do governo

Fazenda sugeriu acordos para colocar fim à guerra fiscal; Norte, Nordeste e Centro-Oeste rechaçaram

Gustavo Machado

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, colocou à mesa diversas propostas do Governo Federal para acabar definitivamente com a guerra fiscal. Estados com menor renda per capita rejeitaram a maioria delas. As soluções oferecidas para os principais pontos de discórdia entre os estados — o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), os repasses federais, os royalties do petróleo e as dívidas dos estados — foram baseadas em projetos de lei que já estão em andamento no Congresso Nacional. No caso da mudança do ICMS, as unidades do Norte, Nordeste e Centro-Oeste pediram uma alteração simples das alíquotas interestaduais atuais, 12% ou 7%, a depender da riqueza do estado, para 7% e 4%. Estados ricos acompanham o governo e pedem a consolidação da alíquota em 4%. Além disso, estes estados pedem uma transição de 10 anos, enquanto o governo oferece oito anos. No caso do Fundo de Participação dos Estados (FPE), o secretário endossou a proposta do senador Walter Pinheiro (PT-BA), que dá participação a estados mais populosos—majoritariamente no sul e no sudeste. Para

compensar, Barbosa afirmou que serão criados os Fundos de Desenvolvimento Regional (FDR) e de Compensação de Receitas (FCR), que em 2029 podem somar R\$ 172 bilhões. No entanto, os estados menores reclamaram do pequeno valor que será destinado anualmente ao fundo de desenvolvimento: R\$ 3 bilhões.

Além disso, R\$ 129 bilhões do montante terão de ser financiados, o que não foi entendido como um repasse. No que se refere aos royalties, o governo bateu o pé para garantir que os contratos já celebrados não sejam alterados. A sensação de quem acompanhou a audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal foi a de que este tema já está dado como perdido pelos estados menores da federação. Por fim, também não houve acordo quanto à alteração do indexador da dívida dos estados. Desta vez, todos eles se voltaram contra o governo. Segundo a Fazenda, a indexação pode ser mudada para a taxa Selic. Os estados, que hoje têm suas dívidas indexadas ao Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), além de juros que variam de 3% a 6%, pedem que o indexador seja o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IP-CA), com juros de 2% ao ano. A Fazenda rechaça a proposta pois os títulos do Tesouro indexados ao IPCA sofrem a incidência de juros de 3% ou 4%, à depender do vencimento. Cláudio José Trinchão, coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), diz que a reunião foi infrutífera. “Os estados não vão abrir mão da posição atual. Os menores podem perder muito com as alterações propostas pelo governo”, afirma Trinchão, renunciando novos capítulos da guerra fiscal.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Novas regras para fundo de recebíveis		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Apesar de registrarem perdas de R\$ 6 bilhões este ano e serem alvo de fraudes, analistas acreditam que os FIDCs vão recuperar credibilidade em 2013

Após fraudes e perda de R\$ 6 bilhões, fundos de recebíveis terão novas regras

Previsão é de que novas normas operacionais sejam editadas no primeiro trimestre de 2013

Marília Almeida

Os fundos de direitos creditórios (FIDCs), também conhecidos como fundos de recebíveis, foram alvos de fraudes e tiveram um ano ruim: a captação está negativa em mais R\$ 6 bilhões até o dia 10, segundo a Anbima. No entanto, as perspectivas são boas para o próximo ano, assim como para outros fundos estruturados, como os imobiliários e de participações. O cenário de juros baixos leva o **mercado** a tomar mais risco e a diversificar a carteira, enquanto os bancos, que utilizam os fundos com um **importante** meio de captação, devem lançar mão do instrumento financeiro para fazer face às novas exigências de capital de Basileia III. O limite de capacidade do **BNDES** para ceder empréstimos também impulsiona a captação por FIDCs. O patrimônio destes fundos somava mais de R\$ 66 bilhões no dia 5, cerca de 3% do setor de fundos no país. Para Bruno Barbosa de Luna, gerente responsável pela área de supervisão de fundos estruturados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), apesar de a indústria ter diminuído neste ano, a nova regulamentação em discussão trará benefícios no curto e médio prazo. O objetivo da CVM é que haja maior **monitoramento** da qualidade de crédito dos ativos em carteira, e haja a separação das figuras do custodiando e do gestor, evitando conflitos de interesse, que estiveram por trás de dois grandes casos de fraudes que vieram à tona no ano.

A CVM pretende editar as normas, em fase final de análise, no primeiro trimestre de 2013.

O setor de fundos, porém, teme que as novas regras tragam custos que impeçam o acesso de pequenas e médias empresas ao **mercado** de capitais. “Queremos mitigar riscos. Sabemos que isso traz custos para o setor no curto prazo, mas trará confiança dos investidores no médio prazo”, diz Luna. A possibilidade de criação de incentivos tributários para FID-Cs com recebíveis de projetos de infraestrutura também anima o **mercado**. “Ao contrário das debêntures, na qual o risco é da empresa, neste caso o risco é o projeto”, ressalta Luna. Bancos sob intervenção A categoria de fundos, que registrou crescimento médio de 19% nos últimos anos, gerou preocupação no regulador com a crise de bancos médios, como Cruzeiro do Sul e BVA, que detinham FIDCs. Estudo feito por Carlos Fagundes, da consultoria Integral Trust, aponta que oito fundos apresentam problemas causados por conflitos de interesse e liquidações, que representam um volume de R\$ 2 bilhões. Porém, ele aponta que só três fundos não conseguirão pagar investidores: os da Oboé Financeira, Porto Forte Fomento e Coral. Juntos, somam cerca de R\$ 100 milhões. Mas ainda existem alertas com relação aos quatro fundos que o BVA tem em carteira. “Como tinham lastro do crédito privado no setor de médias empresas, que passam por uma fase complicada, a assunção de risco é maior. No Cruzeiro do Sul a qualidade dos ativos driblou problemas”, explica Fagundes. Os bancos médios concentram grande quantidade de FIDCs. Como o setor passou por uma crise este ano, os fundos sofreram o impacto, aponta Fagundes. “O panorama deve melhorar agora.” Ele cita desafios para a categoria, como a continuidade ou não da taxa de juros em níveis baixos, que faz aumentar o apetite pelo veículo de investimento; falta de liquidez e de sofisticação dos investidores, que impedem o **desenvolvimento do mercado**.